

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP214160/O-5

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.814	6.281
Concessionárias e Permissionárias	5	3.611	5.572
Serviços em Curso		1.891	1.060
Tributos Compensáveis		169	258
Outros Ativos Circulantes		249	255
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	480	617
Depósitos Judiciais e Cauções		2	32
Outros Ativos Não Circulantes		320	118
Imobilizado	6.1	83.487	87.334
Intangível	6.2	336	407
Total do Ativo		<u>92.359</u>	<u>101.934</u>

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		924	705
Obrigações Sociais e Trabalhistas		357	369
Tributos		731	1.066
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		10.125	-
Encargos Setoriais		2.125	2.305
Outros Passivos Circulantes		2.251	2.275
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Provisão para Litígios	8	-	34
Tributos Diferidos		154	96
Outros Passivos Não Circulantes		769	912
Total do Passivo		<u>17.436</u>	<u>7.762</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	96.941	96.941
Reservas de Lucros	9.2	33.265	61.083
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	9.2	30.376	12.051
Dividendos Societários Distribuídos	9.2	(85.659)	(75.903)
Total do Patrimônio Líquido		<u>74.923</u>	<u>94.172</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>92.359</u>	<u>101.934</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		45.714	51.582
Tributos			
PIS-PASEP		(297)	(335)
Cofins		(1.371)	(1.547)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(423)	(471)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.189)	(1.341)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(183)	(206)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	10	42.251	47.682
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		42.251	47.682
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(2.361)	(2.168)
Material		(261)	(337)
Serviços de Terceiros		(1.244)	(1.278)
Arrendamento e Aluguéis		(89)	(78)
Seguros		(17)	(21)
Doações, Contribuições e Subvenções		(19)	(19)
Tributos		(130)	(110)
Depreciação e Amortização		(4.112)	(3.994)
Outras Receitas Operacionais		3	1
Resultado da Atividade		34.021	39.678
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(224)	(158)
Receitas Financeiras		703	1.491
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		34.500	41.011
Despesa com Impostos sobre o Lucro	12	(1.623)	(2.084)
Resultado Líquido do Exercício		32.877	38.927
Resultado Líquido do Exercício		32.877	38.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	32.877	38.927
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>32.877</u>	<u>38.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas Legal	Reservas de Retenção de Lucros	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	126.941	14.023	3.855	16.620	(43.492)	-	117.947
Adoção de Novas Normas Societárias	-	-	-	-	-	41.724	41.724
Constituição de Reserva de Lucro Societária	-	-	41.724	-	-	(41.724)	-
Redução de Capital	(30.000)	-	-	-	-	-	(30.000)
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	(16.620)	-	-	(16.620)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	41.011	41.011
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	1.481	-	-	-	(1.481)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	(16.083)	(16.083)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	12.051	-	(12.051)	-
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	(32.411)	(11.396)	(43.807)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	96.941	15.504	45.579	12.051	(75.903)	-	94.172
Dividendos Adicionais Aprovados	-	-	-	(12.051)	-	-	(12.051)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	34.500	34.500
Destinação Proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	-	2.132	-	-	-	(2.132)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.125)	(10.125)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	30.376	-	(30.376)	-
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	(29.950)	-	-	-	(29.950)
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	(9.756)	8.133	(1.623)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	96.941	17.636	15.629	30.376	(85.659)	-	74.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	32.877	38.927
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	76	95
Depreciação	4.036	3.898
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.623	2.084
Outros	-	153
	38.612	45.157
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	1.930	(862)
Depósitos Judiciais e Cauções	30	(30)
Imposto de Renda e Contribuição Social	91	(25)
Tributos Compensáveis	(1)	(3)
Outros	(860)	114
	1.190	(806)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(222)	(58)
Fornecedores	219	184
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(12)	61
Tributos	(458)	(429)
Juros e Variações Monetárias	210	145
Outros	(335)	29
	(598)	(68)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.442)	(1.443)
Pagamentos de contingências	(34)	-
	37.728	42.840
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(189)	(287)
Intangível	(6)	(14)
	(195)	(301)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(42.000)	(32.703)
Redução de Capital	-	(30.000)
	(42.000)	(62.703)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.467)	(20.164)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	6.281	26.445
No fim do exercício	1.814	6.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ERTE") está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão						
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Ciclo de degraú
083/2002	30	2032	38.978	IGP-M	set/04	2019-2020

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL, e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 38.978

Em 15 de setembro de 2004, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 13, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na Nota 13, para melhor entendimento do leitor.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Investimentos de curto prazo.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.4.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.5. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.6 Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%;

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro presumido.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

3.8. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.8.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.8.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	1.814	1.814	6.281	6.281
Caixa e Equivalentes de caixa	1.814	1.814	6.281	6.281

5. Concessionárias e Permissionárias

5.1. Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					TOTAL 2019	TOTAL 2018	
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA			TOTAL 2019			TOTAL 2018
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias				
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.575	28	8	480	4.091	6.189		
TOTAL	3.575	28	8	480	4.091	6.189		
				Circulante	3.611	5.572		
				Não Circulante	480	617		

Os clientes vencidos a mais de 360 dias são monitorados pela Companhia e até o momento não houve a conclusão de que devemos constituir uma provisão para perdas nesse caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Imobilizado

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	122.372	-	-	-	122.372	-	(46.256)	76.116	80.152
Terrenos	321	-	-	-	321	-	-	321	321
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.204	-	-	-	1.204	-	(307)	897	940
Máquinas e Equipamentos	120.122	-	-	-	120.122	-	(45.249)	74.873	78.777
Veículos	724	-	-	-	724	-	(699)	25	114
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	1	-	(1)	-	-
Administração	41	-	-	-	41	-	(40)	1	1
Máquinas e Equipamentos	37	-	-	-	37	-	(37)	-	-
Móveis e Utensílios	4	-	-	-	4	-	(3)	1	1
Subtotal	122.413	-	-	-	122.413	-	(46.296)	76.117	80.153
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	7.141	165	-	-	7.306	165	-	7.306	7.141
Máquinas e Equipamentos	158	88	-	-	246	88	-	246	158
Outros	6.983	77	-	-	7.060	77	-	7.060	6.983
Administração	40	24	-	-	64	24	-	64	40
Máquinas e Equipamentos	-	24	-	-	24	24	-	24	-
Outros	40	-	-	-	40	-	-	40	40
Subtotal	7.181	189	-	-	7.370	189	-	7.370	7.181
Total do Ativo Imobilizado	129.594	189	-	-	129.783	189	(46.296)	83.487	87.334

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	2.097	-	-	-	2.097	-	(1.930)	167	218
Servidões	65	-	-	-	65	-	-	65	65
Softwares	1.803	-	-	-	1.803	-	(1.701)	102	153
Outros	229	-	-	-	229	-	(229)	-	-
Administração	219	-	-	-	219	-	(214)	5	31
Softwares	131	-	-	-	131	-	(129)	2	28
Outros	88	-	-	-	88	-	(85)	3	3
Subtotal	2.316	-	-	-	2.316	-	(2.144)	172	249
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	156	4	-	-	160	4	-	160	156
Servidões	83	-	-	-	83	-	-	83	83
Softwares	20	4	-	-	24	4	-	24	20
Outros	53	-	-	-	53	-	-	53	53
Administração	2	2	-	-	4	2	-	4	2
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2	2	-	-	4	2	-	4	2
Subtotal	158	6	-	-	164	6	-	164	158
Total do Ativo Intangível	2.474	6	-	-	2.480	6	(2.144)	336	407

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,26%	122.372	(46.256)	76.116	80.152
Custo Histórico	3,26%	122.372	(46.256)	76.116	80.152
Administração	14,56%	41	(40)	1	1
Custo Histórico	14,56%	41	(40)	1	1
		122.413	(46.296)	76.117	80.153
Em Curso					
Transmissão	-	7.306	-	7.306	7.141
Administração	-	64	-	64	40
		7.370	-	7.370	7.181
		129.783	(46.296)	83.487	87.334

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	112	-	112
Material em Depósito	-	77	77
Total das Adições	112	77	189

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6.4. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>	
<u>Transmissão</u>	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6.5. Não houve adição de imobilizado em serviço no exercício.

6.6. Não houve baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2018	34	34
Constituição	4	4
Pagamentos	(31)	(31)
Outros	(7)	(7)
Saldos em 31/12/2019	-	-

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui demandas judiciais classificados como probabilidade de perda “provável” (R\$34 em 31 de dezembro de 2018 referente a uma causa trabalhista).

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, não houve contingências com perda classificada como “possível” em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$96.941, representado por 42.066.985 ações ordinárias e por 42.066.985 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sem valor nominal.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ALUPAR Investimento S.A.	18.475	43,92	-	-	18.475	21,96
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	18.466	43,89	-	-	18.466	21,94
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A	5.126	12,19	26.858	63,85	31.984	38,02
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A	-	-	15.209	36,15	15.209	18,08
					-	
	<u>42.067</u>	<u>100,00</u>	<u>42.067</u>	<u>100,00</u>	<u>84.134</u>	<u>100,00</u>

8.2 . Reservas de lucros

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	17.636	15.504
Reserva de retenção de lucros	15.629	45.579
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	30.376	12.051
Dividendos societários distribuídos	<u>(85.659)</u>	<u>(75.903)</u>
	<u>(22.018)</u>	<u>(2.769)</u>

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.

9. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	R\$ Mil	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	45.750	51.610
(-) Parcela Variável	(36)	(28)
Programa de Integração Social - PIS	(297)	(335)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.371)	(1.547)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(423)	(471)
Reserva Global de Reversão – RGR	(1.189)	(1.341)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(183)	(206)
Total	<u>42.251</u>	<u>47.682</u>

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 7,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

10. Pessoal e Administradores

<u>Pessoal e Administradores</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	1.969	1.886
Remuneração	1.047	1.009
Encargos	366	356
Previdência privada	16	8
Assistência médica	194	178
Despesas rescisórias	18	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	173	205
Outros	155	130
Administradores	392	282
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	296	218
Benefícios dos administradores	96	64
Total	2.361	2.168

11. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional ajustada	45.750	45.750	51.610	51.610
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.657	5.484	4.128	6.191
Receitas financeiras	703	703	1.491	1.491
Base de cálculo	4.360	6.187	5.619	7.682
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15 % e 10%	9%
	1.066	557	1.381	691
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-	8	4
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.066	557	1.389	695

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

13. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.814	-	1.814	6.281	-	6.281
Concessionárias e Permissionárias	3.611	-	3.611	5.572	-	5.572
Serviços em Curso	1.891	-	1.891	1.060	-	1.060
Ativo contratual da concessão	-	24.968	24.968	-	35.931	35.931
Tributos Compensáveis	169	-	169	258	-	258
Outros Ativos Circulantes	249	-	249	255	-	255
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	480	-	480	617	-	617
Depósitos Judiciais e Cauções	2	-	2	32	-	32
Ativo contratual da concessão	-	160.938	160.938	-	141.422	141.422
Outros Ativos Não Circulantes	320	-	320	118	1.727	1.845
Imobilizado	83.487	(83.203)	284	87.334	(87.293)	41
Intangível	336	(327)	9	407	(375)	32
			-			
Total do Ativo	92.359	102.376	194.735	101.934	91.412	193.346

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	924	-	924	705	-	705
Arrendamento mercantil	-	47	47	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	357	-	357	369	-	369
Tributos	731	-	731	1.066	-	1.066
Dividendos a Pagar	10.125	-	10.125	-	-	-
Encargos Setoriais	2.125	-	2.125	2.305	-	2.305
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	1.726	1.726	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	2.251	(998)	1.253	2.275	(1.023)	1.252
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Arrendamento mercantil	-	179	179	-	-	-
Provisão para Litígios	-	-	-	34	-	34
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	10.754	10.754	-	11.923	11.923
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	154	5.778	5.932	96	5.521	5.617
Outros Passivos Não Circulantes	769	(769)	-	912	(912)	-
Total do Passivo	17.436	16.717	34.153	7.762	15.509	23.271
Patrimônio Líquido						
Capital Social	96.941	-	96.941	96.941	-	96.941
Reservas Legal	17.636	-	17.636	15.504	-	15.504
Reservas de Retenção de Lucros	15.629	30.376	46.005	45.579	-	45.579
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	30.376	(30.376)	-	12.051	-	12.051
Dividendos Societários Distribuídos	(85.659)	85.659	-	(75.903)	75.903	-
Total do Patrimônio Líquido	74.923	85.659	160.582	94.172	75.903	170.075
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	92.359	102.376	194.735	101.934	91.412	193.346

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	45.750	(45.377)	373	51.610	(51.610)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	6.207	6.207	-	4.401	4.401
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	47.554	47.554	-	32.677	32.677
(-) Parcela Variável	(36)	-	(36)	(28)	-	(28)
Tributos						
PIS-PASEP	(297)	(55)	(352)	(335)	94	(241)
Cofins	(1.371)	(252)	(1.623)	(1.547)	436	(1.111)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(423)	-	(423)	(471)	-	(471)
Reserva Global de Reversão - RGR	(1.189)	(218)	(1.407)	(1.341)	378	(963)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(183)	(33)	(216)	(206)	58	(148)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	42.251	7.826	50.077	47.682	(13.566)	34.116
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(2.361)	-	(2.361)	(2.168)	-	(2.168)
Material	(261)	(1.895)	(2.156)	(337)	(111)	(448)
Serviços de Terceiros	(1.244)	-	(1.244)	(1.278)	-	(1.278)
Arrendamento e Aluguéis	(89)	49	(40)	(78)	-	(78)
Seguros	(17)	-	(17)	(21)	-	(21)
Doações, Contribuições e Subvenções	(19)	-	(19)	(19)	-	(19)
Tributos	(130)	-	(130)	(110)	-	(110)
Depreciação e Amortização	(4.112)	4.046	(66)	(3.994)	3.952	(42)
Outras Receitas Operacionais	3	-	3	1	(35)	(34)
Resultado da Atividade	34.021	10.026	44.047	39.678	(9.760)	29.918
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(224)	(13)	(237)	(158)	-	(158)
Receitas Financeiras	703	-	703	1.491	-	1.491
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	34.500	10.013	44.513	41.011	(9.760)	31.251
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(1.623)	(257)	(1.880)	(2.084)	448	(1.636)
Resultado Líquido do Exercício	32.877	9.756	42.633	38.927	(9.312)	29.615

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto da Companhia de 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Ativo contratual da concessão", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta "Contribuições e encargos regulatórios diferidos" no passivo não circulante.

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

14.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatório.

ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	160.582	170.075
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(104.144)	(93.347)
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	226	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	18.259	17.444
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u>74.923</u>	<u>94.172</u>

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	42.633	29.615
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	226	
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(10.013)	9.760
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	31	(448)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>32.877</u>	<u>38.927</u>